

Quatro funerais e um casamento

25 DEZ 1994

"L'imbécile est celui qui ne change pas." Raymond Cartier

p. 7

ROBERTO CAMPOS

O discurso-programa de Fernando Henrique Cardoso no Senado Federal, em 14 de dezembro, fez-me lembrar, pelo avesso, o filme de Mike Newell: em vez de "quatro casamentos e um funeral", temos quatro funerais e um casamento. O discurso é um ensaio do "pensamento novo", para usar uma expressão de Gorbachov. Fernando Henrique anuncia corretamente duas transições. A primeira transição é a consolidação democrática, após as exéquias do autoritarismo político do regime militar, exéquias prolongadas pelo autoritarismo econômico da Nova República. Sendo Fernando Henrique o segundo presidente eleito em eleições populares diretas, satisfizemos afinal o critério mínimo de Huntington para ingresso no clube democrático: a dupla sucessão. A outra transição seria o fim do modelo de desenvolvimento autárquico, legado do Estado intervencionista da era Vargas.

O presidente eleito realizou sua própria transição pessoal. Da sociologia da "teoria da dependência" para a economia da "integração competitiva". Do dissenso estudantil de Ibiúna, para o amadurecido "consenso de Washington" à busca da conversão de Brasília ao "pensamento novo".

A teoria da dependência envolvia uma externalização da culpa do subdesenvolvimento. Era como se dissessemos ao Primeiro Mundo: "Nós somos pobres porque vocês são ricos." A "integração competitiva" é uma outra história. Equivale a dizer: "Vamos aprender as regras do jogo para ingressarmos no clube dos ricos."

Os quatro funerais que o discurso prenuncia são de defuntos que não merecem lágrimas: o estatismo, o protecionismo, o estruturalismo e o assistencialismo. O casamento anunciado é o da democracia política com a economia de mercado.

Há uma corajosa e oportuna condenação do estatismo. "No ciclo do desenvolvimento que se inaugura", diz Fernando Henrique, "o eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado." O objetivo da ação estatal deixa de ser "substituir o mercado". Deve limitar-se a "garantir a eficiência do mercado" como princípio geral de regulação. Para o presidente eleito, assim como para vários dos ex-esquerdistas que recrutou para o Governo, terminou a era da inocência em relação às burocracias monopolistas. Estas correm o risco, que sempre denunciei, de se tornarem apenas "um guarda-chuva de privilégios corporativistas". Na realidade, em vez de executoras, tornam-se sabotadoras de políticas de governo. Há disso dois exemplos clássicos. Durante a revisão consti-

tucional, a política do Governo, formulada pelo ministro da Fazenda, era favorável à abolição e/ou flexibilização dos monopólios estatais. Os funcionários destas, com a tolerância, senão conivência, de seus diretores, montaram rancorosa e dispendiosa campanha televisiva, acusando de "traidores da pátria" os constituintes favoráveis à revisão. E agora, quando está em votação no Senado, o projeto de lei de concessão de serviços públicos, proposto originalmente pelo senador Fernando Henrique, promovem intenso lobby para obstaculizar o projeto. Desejam prorrogação por 20 anos das atuais concessões, independentemente das preferências dos usuários (que prefeririam concessionários mais eficientes e sensíveis aos reclamos públicos); e independentemente da demonstrada incapacidade dos atuais concessionários estatais para investimento, pois suas receitas são gastas, em sua maior parte, no atendimento de mordomias corporativistas. Não há solução para o destrambelho dos dinossauros estatais senão uma privatização rápida e maciça.

O outro saudável supultamento é o do protecionismo das reservas de mercado e da substituição de importações, por trás de restrições e barreiras aduaneiras. O resultado foi atraso tecnológico, piora no perfil da distribuição de renda e desrespeito ao consumidor. No "pensamento novo", o evangelho é a integração no

mercado mundial, através de sucessivos degraus — o Mercosul, a partir de janeiro de 1995, o mercado sul-americano (Alcsa) até o fim do milênio, sendo que este último estágio poderá ser dispensado se avançados os planos para a formação de um mercado continental no ano 2005. Necessitamos de uma tríplice abertura: para as importações, para investimentos e para tecnologia.

O terceiro cadáver é o do estruturalismo como explicação da inflação. Reconhece-se afinal que a raiz da inflação está na indisciplina monetária e não na rigidez das estruturas. Longe de ser um mecanismo tolerável, senão inevitável, para a administração de conflitos distributivos, a inflação inviabiliza tanto a melhoria social como a retomada do crescimento.

O quarto cadáver é o assistencialismo, que atingiu seu apogeu com a "Constituição besteirol" de 1988, cuja revisão é um pré-requisito da modernização. Esse diploma se notabilizou por uma perdulária atribuição de benefícios e uma olímpica indiferença a custos. São oportunas as declarações de Fernando Henrique sobre o "engessamento" da Receita Federal e cobra a inviabilização da previdência social, pela abundância de aposentadorias especiais e precoces. Estas fazem com que muitos descansem cedo demais, enquanto outros labutam demais e ganham de menos. Receio que Fernando Henrique não

seja suficientemente radical na matéria. Aparentemente humanitária, é cruel a tese de que cabe necessariamente ao Estado a previdência básica. Isso obriga os pobres a confiarem seu destino inteiramente a esse "pai terrível", de vez que não lhes sobrá dinheiro para se inscreverem em fundos privados de previdência complementar. O democrático seria completa liberdade de opção, em qualquer nível de renda, entre a previdência pública e o seguro privado, cabendo ao Estado apenas socorrer àquelas que, ao fim de sua vida laboral, não atingissem o nível de renda definido como "mínimo vital".

Há hoje um surpreendente consenso, extraído da análise das experiências de desenvolvimento econômico em variados países, nos últimos 40 anos. Os componentes dessa "grande síntese" do desenvolvimento são: razoável estabilidade de preços; preservação da concorrência na microeconomia; abertura internacional e investimento prioritário na formação do homem. No discurso de FHC, essas idéias são encapsuladas sob formato diferente, mas de comparável abrangência: "estabilidade macroeconômica assentada na disciplina fiscal e monetária; com a continuidade do Plano Real; integração da economia brasileira ao mercado mundial; preponderância da iniciativa privada no setor produtivo, acompanhada pelo reforço dos instrumentos de regulação do Estado; constituição de uma infra-estrutura econômica e social

moderna através de novas formas de parceria entre Estado, empresa e comunidade".

Alguns chamam o conjunto de medidas acima descritas como "o consenso de Washington", de vez que sua formulação proveio originalmente das agências internacionais ali sediadas; outros preferem falar numa "convergência favorável ao mercado". Eu prefiro falar desinibidamente no "consenso neoliberal". Sempre estranhei que duas palavras nobres em meu vocabulário — "capitalismo" e "liberalismo" — não são de boa etiqueta na *inteligentzia* brasileira. Mário Covas, de certa feita, dissera no Senado que o Brasil precisava de um "choque de capitalismo", mas acabou ficando ele mesmo chochado, ante o vigor e o rigor do patrelamento. Fernando Henrique prefere maquiar idéias liberais sob o rótulo da social-democracia, expressão algo idiota pois não se conhece democracia anti-social. E é divertidíssima a esquizofrenia de nossos artistas e intelectuais de esquerda (talvez mais canhotos que de esquerda): admiram o socialismo de Fidel Castro, mas adoram também três coisas que só o capitalismo sabe dar — bons câmbios em moeda forte, ausência de censura e consumismo burguês. Trata-se de filhos do Marx numa transa adúltera com a Coca-Cola...